

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Rua Fernandes Tomás, nºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra

Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almedina.net · editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra
producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

parece, por um lado, legitimar as práticas empresariais e, por outro, aumentar a vulnerabilidade dos trabalhadores, na medida em que estes experimentam cada vez mais a insegurança no emprego, a diminuição de rendimentos e uma menor proteção no trabalho. Além disso, são forçados a assumir riscos no mercado e nos locais de trabalho e conseqüentemente estão expostos a fatores nocivos para a sua saúde e segurança.

Torna-se, portanto, necessário voltar a reconhecer a centralidade das condições de trabalho decentes na melhoria da produtividade e das condições de vida dos trabalhadores, uma vez que estas são determinantes para a eficiência da produção e têm impactos humanos e económicos, conforme revelado pelo número de dias de trabalho perdidos em consequência de acidente e/ou doença profissional. Conseqüentemente, o desenvolvimento económico de um país não pode ser independente do modo como trata os seus trabalhadores.

Teresa Maneca Lima

Confiança

A confiança é entendida como valor moral que alicerça a vida em sociedade. Pode dizer respeito a outras pessoas, ao governo, a empresas ou à economia. A confiança baseia-se na crença de que os outros partilham valores fundamentais como justiça, honestidade e respeito pelo próximo. Para se estabelecerem relações de confiança entre os membros de uma comunidade, estes têm de concordar sobre estes valores. Ainda que nem sempre o comportamento dos outros corresponda às expectativas, a confiança nos outros em geral não é afetada por experiências negativas, pois as pessoas não fazem necessariamente generalizações a partir de comportamentos particulares. A confiança nos outros é relativamente resistente à mudança.

A confiança nos outros facilita as relações sociais e transações económicas. Da organização das pessoas em grupos pode resultar a ação cívica. Por isso, considera-se que a confiança é a base da democracia. As pessoas que confiam mais nos outros têm uma visão mais positiva do mundo e acreditam que é possível agir sobre a sociedade; estão também mais dispostas a dispor do seu tempo, a fazer trabalho comunitário e são mais tolerantes perante grupos minoritários. Os países em que as pessoas confiam mais nos outros tendem a ter governos mais democráticos, menos corrupção e maior justiça distributiva.

A confiança pode estender-se a governos, líderes políticos e à economia. As perceções sobre a eficácia dos governos baseiam-se no grau em que os

cidadãos confiam nos seus líderes e nas políticas governamentais. As pessoas tendem a confiar em governos que demonstrem capacidade de gerar crescimento económico, criar emprego, fornecer acesso a serviços sociais e a operar de uma forma transparente. A confiança no governo é mais baixa quando as expectativas dos cidadãos sobre a forma desejável de atuação são defraudadas. Nesta situação, a autoridade do governo e dos governantes é posta em causa. Durante uma crise económica, a incerteza sobre a capacidade do governo para superar os desafios impostos afeta negativamente a confiança no governo, o que pode resultar numa maior abstenção e desinteresse pela política, trazendo graves implicações para o funcionamento das instituições democráticas.

Cláudia Lopes

Constituição

A constituição enquanto documento fundamental da comunidade política relaciona-se estreitamente com os pressupostos de afirmação do Estado moderno: a nação soberana, o indivíduo cidadão e a separação de poderes. Verificam-se três desdobramentos. Primeiro, o de constituição da liberdade política moderna. Se a promessa de fundação constitucional moderna foi revolucionária, situando a soberania popular como poder constituinte originário, a credibilidade que convocou para a forma de governo democrática, na prática, afunilou o sentido e o alcance da própria democracia no âmbito de uma organização burguesa, liberal, oligárquica e censitária. O segundo aspeto é racional-legal, de estabilização da ordem política e racionalização da ordem jurídica em que a constituição valida as normas e os valores políticos, regulando os conflitos fundamentais de distribuição dos direitos e dos recursos de poder. Projeta-se assim um terceiro aspeto, a constituição como pacto social, que tem resistido ao enfraquecimento da soberania e à ineficácia da cidadania. Perante uma turbulência de escalas e de valores, as comunidades políticas nacionais têm sofrido o impacto cruzado quer da influência transnacional de poderosos atores políticos e económicos, quer da sobrecarga simbólica dos valores constitucionais. Testemunha-se o questionamento da legitimidade e da capacidade de integração das sociabilidades pela constituição, evidenciando-se que muitos dos denominadores comuns que orientaram o processo constituinte dos Estados modernos pronunciaram, sob a afirmação da igualdade, a exclusão e a invisibilidade da diferença dos povos constituídos.